

## CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA

Divulgação/Seeduc



Migração contribui para a permanência dos docentes

## Mais de 5 mil professores conquistam 30 horas semanais

O Governo do Estado do Rio de Janeiro convocou, somente este mês, mais de 5,4 mil professores da rede estadual para a migração da carga horária de 18 para 30 horas semanais. Na última sexta-feira (22), uma nova convocação contemplou mais de 2 mil docentes no Diário Oficial. A medida atende a uma reivindicação antiga da categoria e melhora as condições de trabalho. A ampliação garante impacto direto na remuneração dos profissionais beneficiados, cujos rendimentos serão atualizados conforme a tabela de vencimentos do Professor Docente I – 30h. A mudança de regime poderá refletir na aposentadoria e mantém o nível e referência de cada servidor no Plano de Carreira do Magistério.

### Qualificação e promoção de servidores

Além da migração de carga horária, a política de valorização da categoria inclui 476 promoções por formação para quem concluiu pós-graduação e 94 adicionais para mestres e doutores. Houve ainda 73 progressões entre servidores administrativos. A Secretaria de Educação ampliou a formação continuada com 15 novos cursos para até 61 mil servidores, abordando temas como gestão escolar, combate à evasão e tecnologias digitais de ensino.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Ausência de atendimento preferencial é ato discriminatório

### Alerj aprova lei que protege idosos

O Estado do Rio passa a contar com sanções administrativas a práticas e atos discriminatórios contra pessoas idosas. É o que institui a Lei 11.195/26, de autoria original do deputado Anderson Moraes (PL), que foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sancionada pelo Poder Executivo e publicada no Diário Oficial desta segunda-feira (25). Segundo a medida, qualquer forma de discriminação contra idosos fica proibida. A norma também estabelece uma série de condutas que passam a ser consideradas infrações.

### Infrações causam multa de R\$ 744

É proibido impedir ou dificultar a locomoção de idosos em estabelecimentos públicos e de serviços, restringir o acesso a locais como bares, restaurantes, hotéis, cinemas e teatros, além de criar exigências indevidas para contratação ou manutenção de emprego. Nos casos de infração, será aplicada a multa equivalente a R\$ 744, com os valores revertidos para o Fundo para a Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

### Saúde feminina

O Rio ampliou a campanha sobre métodos contraceptivos por meio da Lei 11.194/26. A norma, aprovada pela Alerj, inclui o implante subdérmico no rol de informações divulgadas a mulheres e jovens. O objetivo da proposta, do ex-deputado Daniel Martins, é combater a gravidez não planejada na adolescência.

### Gestantes

O Rio terá o Programa Estadual de Fisioterapia Obstétrica por meio da Lei 11.197/26. A norma, aprovada pela Alerj e proposta por Thiago Gagliasso, oferece serviços para o bem-estar de gestantes no pré-natal da rede pública. O governador Ricardo Couto vetou o artigo sobre o acompanhamento físico durante a gestação.

### Aço no Rio

O estado produziu 2,7 milhões de toneladas de aço bruto no primeiro quadrimestre do ano, equivalente a 25,9% do total nacional. Segundo o Instituto Aço Brasil, a produção fluminense em abril foi de 640 mil toneladas. O volume consolidou o estado como um dos principais polos da siderurgia no país.

### Troca na SEPPEN

O governador em exercício, Ricardo Couto, nomeou a inspetora Alessandra Odawara como nova secretária de Polícia Penal do Rio. Servidora de carreira há 17 anos, ela já dirigiu a Escola de Inteligência Penitenciária (EINPERJ) e era assessora-chefe da pasta. Odawara assume o cargo com foco em segurança e inteligência estratégica.

### Arraiá em Niterói

O Arraiá de Niterói agitará o Caminho Niemeyer entre 3 e 7 de junho, com cinco dias de programação gratuita. O evento terá shows de forró, pagode, samba, apresentações de quadrilhas, praça de alimentação com comidas típicas e atrações infantis. A entrada é franca, com doação opcional de 1 kg de alimento não perecível.

### Orquestra

A Orquestra Filarmônica Metropolitana fará um concerto sacro no dia 1º de junho, na Igreja Matriz de São Gonçalo. A apresentação gratuita marca a abertura da semana de Corpus Christi, período em que a cidade confecciona o maior tapete de sal da América Latina. O ingresso deve ser retirado na plataforma Sympla.



Mudança busca evitar interferência política nos repasses

# Rio destina R\$650 milhões à saúde nos municípios

## Mudança é feita a partir de novas regras de repasse

Da Redação

O Governo do Estado do Rio de Janeiro vai aplicar R\$650 milhões no fortalecimento de ações e serviços de saúde nos municípios fluminenses até dezembro de 2026. A medida faz parte da regulamentação do novo Fundo de Apoio Financeiro aos Municípios, publicada no Diário Oficial nesta segunda-feira (25). Os repasses financeiros vão acontecer mensalmente a partir de junho, servindo como uma importante ferramenta de reestruturação do setor público.

O novo modelo de distribuição adota como critério técnico o Piso de Atenção Primária (PAP) do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e gera um aumento automático de 70% nos valores repassados a cada cidade. Segundo a Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ), o cálculo do expressivo acréscimo considerou rigorosamente a disponibilidade orçamentária do governo estadual para o setor em 2026.

### Valor varia para cada cidade

A divisão das verbas usa indicadores específicos para definir a quantia enviada a cada cidade. Os critérios incluem o porte do município, os índices de vulnerabilidade socioeconômica, o tamanho da população, o cumprimento das metas locais, o cadastro qualificado e o desempenho das equipes. De acordo com a Secretaria da Casa Civil, as regras buscam garantir a isonomia

no projeto e blindar a partilha de interferências políticas, promovendo justiça fiscal.

O secretário de Estado da Casa Civil, Flávio Willeman, afirmou que a orientação do governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, foi criar um modelo técnico capaz de contemplar todos os 92 municípios do estado à luz de suas características demográficas e de uma só vez. “Buscamos, junto à Secretaria de Saúde, um critério isonômico que contemplassem os 92 municípios; isto é, transferência de recursos sem influência político-partidária”, disse.

### Novas unidades ou programas de saúde

As prefeituras terão autonomia para aplicar os recursos recebidos tanto no custeio de unidades de atendimento quanto em programas de saúde vigentes na ponta. O secretário de Estado de Saúde, Ronaldo Damiano, afirmou que a nova regra amplia a previsibilidade dos repasses para o gestor local. “Com as novas normas, garantimos critérios técnicos e transparentes na distribuição dos recursos da saúde e ampliamos os repasses a todo o estado. O programa irá fomentar ações de cuidado integral à saúde e melhorar o acesso dos usuários do SUS nos municípios”, reforçou.

A aprovação das normas do fundo ocorreu entre o governo do estado e os gestores municipais em reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB-RJ).